

**Balancos Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em Reais)**

	Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.927.098	1.938.874
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	33.342.415	47.954.701
Impostos a recuperar	6	74.361	66.575
Instrumentos financeiros - contratos futuros	17.b	13.177.923	-
Adiantamentos a fornecedores		643.762	609.687
Outras contas a receber		2.303	73.679
		<b>68.167.863</b>	<b>50.643.515</b>
<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros - contratos futuros	17.b	157.787	-
Tributos diferidos	16	236.117	-
Imobilizado	8	2.701.219	1.072.141
Intangível		54.080	124.250
		<b>3.149.204</b>	<b>1.196.391</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>71.317.067</b>	<b>51.839.906</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)**

	Reserva de lucros		Total
	Capital social	Lucros acumulados a realizar	
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	-	-	-
Integralização de capital	1.100.000	-	1.100.000
Lucro do exercício	-	6.591.092	6.591.092
Distribuição de dividendos	-	(183.128)	(183.128)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>1.100.000</b>	<b>6.407.965</b>	<b>7.507.965</b>
Integralização de capital	8.900.020	-	8.900.020
Lucro do exercício	-	19.654.162	19.654.162
Distribuição de dividendos	-	(11.716.847)	(11.716.847)
Juros sob capital próprio	-	(187.608)	(187.608)
Transferência do resultado do exercício	-	14.157.672	14.157.672
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>10.000.020</b>	<b>14.157.672</b>	<b>24.157.692</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Esfera Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 24/01/2017, autorizada através do Despacho ANEEL nº 1216 de 03/05/2017 a comercializar energia elétrica nos termos da Resolução ANEEL nº 678 de 11/09/2015, tendo por atividade principal a comercialização e intermediação na venda de energia elétrica, sua adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") em 29/09/2015, durante a 92ª Reunião do Conselho de Administração da supracitada Câmara, portanto todos as suas operações comerciais e resultados apurados no exercício foram realizados a partir de junho de 2017, mês onde contabilizou-se maio de 2017 (mês de suprimento), primeiro mês operacional da Empresa. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** a) **Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos emitidos pelo CPC. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que foram aprovados pelo CFC. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 12/03/2019. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). b) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. d) **Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota nº 05** - Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosos para consumidores, concessionários e permissionários; **Nota nº 11** - Provisão para contingências (quando aplicável); **Nota nº 17** - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **a) Gestão do capital:** A Empresa busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** **3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** a) **Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensuração ao: (i) Custo Amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados abrangentes ("VJR"); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. b) **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. c) **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos financeiros ao custo amortizado:** A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferir e não reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre esse ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo. **Passivos financeiros:** a) **Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. b) **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. c) **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

	Nota	2018	2017
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	24.013.132	38.492.955
Obrigações tributárias	10	6.758.248	4.085.746
Salários e encargos trabalhistas	-	232.505	53.980
Instrumentos financeiros - contratos futuros	17.b	14.693.143	-
Outras contas a pagar		180	-
		<b>45.697.208</b>	<b>42.632.682</b>
<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros - contratos futuros	17.b	162.502	-
Obrigações tributárias	10	1.299.665	-
Partes relacionadas	7	-	1.182.708
Tributos diferidos	16	-	516.552
		<b>1.462.167</b>	<b>1.699.260</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12.a	10.000.020	1.100.000
Reserva de lucros	-	14.157.672	6.407.965
		<b>24.157.692</b>	<b>7.507.965</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>71.317.067</b>	<b>51.839.906</b>

dos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos Consumidores Livres ou Especiais, Comercializadores de Energia Elétrica, Autoprodutores de Energia Elétrica e Produtores Independentes de Energia Elétrica e a receita própria da energia fornecida e não faturada em decorrência do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.4. Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **3.5. Instrumentos financeiros (contratos futuros):** A Empresa possui um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes do seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Além disso, possui um pequeno portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas específicas de consumidores. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem à definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelos valores líquidos, e são prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados com derivativos segundo o IFRS 9/CPCC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A Empresa está aplicando a partir do exercício findo em 2018 o reconhecimento e mensuração dos contratos futuros de comercialização de energia que se qualificam como derivativos, de acordo o pronunciamento contábil CPC 48 - Instrumentos financeiros. A Administração da Empresa, considera como impraticável a aplicação e a reapresentação dessa política contábil de forma retrospectiva, fundamentada pela insuficiência de informações do preço *forward* de energia, para mensurar a marcação a mercado nas respectivas datas-base. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. **3.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas da empresa. **3.7. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecimento em função de um evento passado. Se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber suportado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.11. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de CCEE) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia no mercado livre. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado. **3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º/01/2019. A Empresa não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) **IFRS 16/CPCC 06 R2 - Leases (arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 (CPCC 06 R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º/01/2019. A adoção antecipada é permitida somente para informações contábeis de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes na, ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Empresa está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações, muito embora entenda que não serão relevantes para fins de apresentação das demonstrações contábeis de 2019. (ii) **IFRIC 23/CPCC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Empresa tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinações de tratamentos sejam incertas, a Empresa deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-las em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações contábeis após o início de sua vigência em 01/01/2019. (iii) **Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis da Empresa. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2018	2017
Conta corrente	6.418	148
Aplicações financeiras	20.920.680	1.938.726
	<b>20.927.098</b>	<b>1.938.874</b>

Em 31/12/2018, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média de 97,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e de acordo com os contratos firmados pela Empresa e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos.

**Diretoria**

Braz Henrique Grama Justi - CEO

**Relatório do Auditor Independente**

disso, é impraticável a aplicação e a apresentação dessa política contábil de forma retrospectiva, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, justificado pela escassez de informações históricas do preço *forward* de energia, para efetuar a marcação a mercado nas respectivas datas base. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Risco de "default" com contrapartes:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, foram divulgadas, notícias na mídia de que alguns agentes de comercialização de energia livre, enfrentam dificuldades financeiras e operacionais para cumprir a entrega de energia ("default"), de contratos firmados com as contrapartes. Essas dificuldades decorrem de problemas de liquidez e de inadimplência, o que pode vir a ser questionado pela autoridade fiscal. Em situações onde determinações de tratamentos sejam incertas, a Empresa deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-las em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações contábeis após o início de sua vigência em 01/01/2019. (iii) **Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis da Empresa. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

**Demonstrações do Resultado**

	Nota	2018	2017
<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em Reais)</b>			
Receita operacional líquida	13	1.190.414.792	187.979.639
Custo da energia comprada	14	(1.161.395.300)	(175.937.463)
<b>Lucro bruto</b>	<b>29.019.492</b>	<b>12.042.176</b>	
Despesas gerais e administrativas	14	(5.398.631)	(1.464.661)
Despesas comerciais	14	(141.969)	(122.154)
Outras receitas e despesas operacionais	14	(2.012.839)	(376.190)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>21.466.053</b>	<b>10.079.171</b>	
Receitas financeiras	15	8.757.425	21.605
Despesas financeiras	15	(536.139)	(125.278)
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>	<b>29.687.338</b>	<b>9.975.499</b>	
IR e CS corrente	16.a	(10.785.845)	(2.867.854)
IR e CS diferido	16.b	752.669	(516.552)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>19.654.162</b>	<b>6.591.092</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Resultado Abrangente**

	Nota	2018	2017
<b>Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em Reais)</b>			
Lucro líquido do exercício		19.654.162	6.591.092
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>19.654.162</b>	<b>6.591.092</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**5. Consumidores, concessionárias e permissionárias:**

	2018	2017
Faturados	451.271	385.274
Contas a receber - CCEE (2)	11.427.023	12.374.774
Não faturados (1)	21.464.121	35.194.652
	<b>33.342.415</b>	<b>47.954.701</b>

(1) A rubrica de "Não Faturados" no montante de 21.464.121, refere-se a provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu até 31/12/2018 e faturado no mês subsequente com recebimento até o 10º dia útil do mês de janeiro de 2019. (2) O saldo do "Contas a receber CCEE" no montante de R\$ 11.427.023, é composto por excedente de Energia com direito de recebimento na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

**6. Impostos a recuperar:**

	2018	2017
PIS sobre faturamento diferido	12.627	-
COFINS sobre faturamento diferido	58.159	-
Outros	3.576	66.575
	<b>74.361</b>	<b>66.575</b>

**7. Partes relacionadas: a. Composição:**

	2018	2017
Conta corrente com sócios	-	1.182.708
	-	<b>1.182.708</b>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas condições de mútuos no qual tem características de transações de conta corrente entre

**8. Imobilizado: a. Movimentação do ativo imobilizado em 2018:**

	Instalações Comerciais	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computador	Equipamentos de comunicação	Veículos	Total do ativo imobilizado
<b>Custo ou avaliação</b>							
Saldos em 31/12/2017	730.118	248.801	70.100	47.564	-	-	1.096.582
Adições	81.901	80.115	3.190	65.878	10.620	1.720.551	1.962.556
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>812.019</b>	<b>328.916</b>	<b>73.290</b>	<b>113.442</b>	<b>10.620</b>	<b>1.720.551</b>	<b>3.058.838</b>
<b>Depreciação</b>							
Saldos em 31/12/2017	(12.169)	(4.256)	(4.673)	(3.343)	-	-	(24.441)
Depreciação no exercício	(160.612)	(29.120)	(14.286)	(13.721)	(1.416)	(114.023)	(333.178)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>(172.781)</b>	<b>(33.376)</b>	<b>(18.959)</b>	<b>(17.064)</b>	<b>(1.416)</b>	<b>(114.023)</b>	<b>(357.618)</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>639.238</b>	<b>295.540</b>	<b>54.331</b>	<b>96.378</b>	<b>9.204</b>		